|  |
| --- |
| **Membros presentes** |
| **Entidade** | **Representante** |
| ABES-SP | Ana Lucia Brasil (T) |
| Roseane Maria de Souza (S) |
| Sônia Maria Nogueira e Silva (S) |
| AEAAV | José Luiz Martini (T) |
| AFOCAPI | Rodrigo Cunha Ducatti (S) |
| APTA/SAA | Adriana Sacioto Marcantonio (T) |
| ASSEMAE | Luis Cláudio de Assis (T) |
| Márcio Baccaro (S) |
| Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S) |
| Associação Vale Verde | João Primo Baraldi (S) |
| CATI | Melissa Pin Lucheti Sampaio (S) |
| Cooperativas de Holambra | Fernando Ruiter (T) |
| Petrus Bartholomeus Weel (S) |
| COPLACANA | Rodrigo Cunha Ducatti (S) |
| Embrapa | Anderson Soares Pereira (T) |
| Alexandre Ortega Gonçalves (S) |
| IAC | Isabella Clerici de Maria (T) |
| IP/APTA | Simone Raymundo Oliveira (T) |
| João José Assumpção de Abreu Demarchi (S) |
| IPÊ | Paulo Roberto Ferro (S) |
| IPSA-C | Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S) |
| IZ/APTA | Simone Raymundo Oliveira (T) |
| João José Assumpção de Abreu Demarchi (S) |
| P.M. de Atibaia | Marcos Roberto Albertini (T) |
| P.M. de Itatiba | Ricardo Pires Staningher (T) |
| P.M. de Limeira | Matheus Luis Docema (T) |
| Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S) |
| P.M. de Rio Claro | Miguel Madalena Milinski (T) |
| P.M. de Saltinho | Aline Maria Leite de Moraes (S) |
| P.M. de Salto | Carlos Manoel do Nascimento Faria (S) |
| P.M. de Santa Maria da Serra | Alisangela Spigolon (T) |
| SAA | Melissa Pin Lucheti Sampaio (S) |
| SABESP | Saulo de Assis Maia (T) |
| SANASA | Luis Cláudio de Assis (S) |
| Márcio Baccaro (S) |
| Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S) |
| SEMAE | Aline de Camargo Castilho (T) |
| SEMIL/CFB | Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (S) |
| Sindicato Rural de Campinas | Luís Fernando Amaral Binda (T) |
| Sindicato Rural de Limeira | Nilton Piccin (T) |
| Sindicato Rural de Monte Mor | Luís Fernando Amaral Binda (S) |
| Sindicato Rural de Rio Claro | João Primo Baraldi (T) |
| UNESP/IGCE | Gilda Carneiro Ferreira (T) |
| UNICA | André Elia Neto (T) |
| UNICAMP | Raul Reis Amorim (T) |
|  |
| **Membros ausentes** |
| **Entidade** |
| CMDR - Rio Claro |
| DAAE - Rio Claro |
| DAE - Jundiaí |
| Instituto Terra Mater |
| P.M. de Americana |
| P.M. de Analândia |
| P.M. de Campinas |
| P.M. de Charqueada |
| P.M. de Jaguariúna |
| P.M. de Louveira |
| P.M. de Piracicaba |
| Pró-Flor Atibaia |
| Rotary International - D4590 |
| Sindicato Rural de Atibaia |
| Sindicato Rural de Bragança Paulista |
|  |
| **Membros ausentes com justificativa** |
| **Entidade** |
| IPA |
|  |
| **Demais presentes** |
| **Entidade** | **Representante** |
| Agência das Bacias PCJ | Allan Patrick |
| Bruna Petrini |
| Danilo Costa |
| Diogo Pedrozo |
| Fabio Coca |
| Felipe Requena |
| Gabriela Giusti |
| Joice Chagas |
| Kaique Duarte Barretto |
| Karla Romão |
| Leonardo Baumgratz |
| Lívia Modulo |
| Luclecia Soares |
| Mariane Amuy |
| Mateus Ismael  |
| Patricia Barufaldi |
| Tainá Moura |
| Agência das Bacias PCJ | Tatianna Cury |
| Tiago Georgette |
| Tony Segatto |
| DAE - Jundiaí | Talita Rodrigues |
| P.M. de Socorro | Giulia Defendi Oliveira​ |

**(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante**

Aos dois dias de fevereiro de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 157ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 26 de janeiro de 2024. **1. Abertura da 157ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL):** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. **2. Aprovação da minuta de Ata da 156ª Reunião Ordinária, realizada em 27/10/2023:** O Sr. João Baraldi informou que a minuta de ata da 156ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 27/10/2023, em Charqueada/SP, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou os membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, o Sr. João Baraldi colocou em apreciação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. **3. Informes. 3.1. da Coordenação da CT-RURAL:** o Sr.João Baraldi informou sobre a proposta de alteração da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, extinguindo o Grupo de Trabalho (GT) Mananciais, e reformulando as atribuições da CT-RN, passando a ser “CT-Mananciais”, integrando as discussões e trabalhos realizados na CT-RN/GT-Mananciais. Informou que essa alteração deve ser aprovada na Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e na Plenária dos Comitês PCJ. Diante disso, o Sr. Fernando Ruiter, representante das Cooperativas de Holambra expressou sua preocupação em razão do GT-Mananciais ser um espaço imparcial para os debates envolvendo membros da CT-RN e CT-Rural, e debates sobre a questão rural e ambiental. Questionou se essa integração poderia prejudicar as discussões. Na sequência, O Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) destacou a importância das duas CTs (RN e Rural) na construção da Política de Mananciais. Lembrou que essa discussão vem ocorrendo há algum tempo, no tocante às questões burocráticas da Política de Mananciais, que ficou sob a responsabilidade da CT-RN. Explicou que o GT-Mananciais foi ficando com mais responsabilidades que a própria CT-RN, e para facilitar as tratativas e reforçar a importância da Política de Mananciais, foi proposto que GT passe a ser uma CT. Informou que essa tramitação vai ocorrer ao longo do primeiro semestre de 2024 efetivando-se até o segundo semestre de 2024. Explicou que com essa mudança a CT passa a ter uma visão mais ampla, e as discussões que já ocorriam no âmbito do GT-Rede de Áreas Protegidas, criado na CT-RN, se mantém. Reforçou que a participação dos membros da Rural precisa ser incentivada nas discussões e contribuições com a nova configuração da CT. Nesse sentido, o Sr. Fernando Ruiter concordou que o GT-Mananciais amadureceu e contribuiu para atender as demandas do setor rural e ambiental, porém comentou a preocupação com a polarização das discussões, assim como aconteceu no passado, antes da criação do GT. Diante disso, o Sr. João Demarchi corroborou e não descartou que a essa polarização pode ocorrer no futuro, mas assegurou que durante o período do atual mandato (2023-2025) é um momento propicio para essa integração justamente pelo fato das discussões estarem amadurecidas. Reforçou que a nova configuração da CT vem justamente para que os membros trabalhem de forma integrada resultando em mudanças para o território, tanto no desenvolvimento rural quanto na proteção ambiental sem a polarização das discussões. **3.2. dos Coordenadores de grupo:** O Sr.João Baraldi abriu para informes dos Coordenadores de Grupo de Trabalho (GT): **a)** O Sr. Miguel Milinski, coordenador do GT-Cartilha e representante da P.M. de Rio Claro informou que em breve será marcada uma reunião presencial do GT-Cartilha, e disse que o "boneco" do folder já está pronto. Lembrou que conforme o Plano de Trabalho da CT-Rural a ser aprovado hoje, o lançamento da cartilha está previsto para o segundo semestre de 2025. **3.3 da Diretoria da Agência das Bacias PCJ** a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ comunicou que a Diretoria da Agência das Bacias PCJ dentro das possibilidades e demandas já exercidas pretende participar das reuniões das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Informou que para o ano de 2024 foram assinados contratos de trabalhos envolvendo as ações desenvolvidas no âmbito da CT-Rural. Foram assinados seis contratos junto à Caixa Econômica Federal com objetos variando de ações de conservação no solo, plantio e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Além disso, 3 (três) contratos assinados para realização de Projetos Integrais de Propriedades (PIPs) envolvendo quatro municípios e a assinatura do contrato com a empresa que vai realizar a capacitação referente aos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado (PMMA/Cerrado), totalizando um investimento de aproximadamente R$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais). Sobre os Planos Municipais de Saneamento Rural, informou sobre a assinatura de doze contratos assinados junto à Caixa Econômica Federal, sendo sete já em execução e mais dois contratos para substituição de fossa negra por sistemas mais eficientes. Comunicou que a Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ com a gerência da Sra. Kátia Gotardi, está responsável pelas demandas relacionadas a produção de materiais e demandas das CTs relacionadas com a educação ambiental, o que incluí a Cartilha de Segurança da Água no Meio Rural. A Sra. Patrícia Barufaldi ressaltou que no âmbito da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, para o ano de 2024 está previsto capacitações para os municípios envolvendo os poderes legislativo, executivo e judiciário, com o objetivo de prestar visibilidade e apresentar as diretrizes sobre o Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ. **3.4. dos Membros:** O Sr. João Baraldi cedeu a palavra para os informes dos membros e passou a palavra para o Sr. José Luiz Martini, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV) o qual informou sobre a aprovação de um Plano Diretor de Valinhos/SP que está transformando uma área de mananciais e agrícola em um local industrial, sem justificativa técnica. Ressaltou que o poder público ignora as diretrizes que já foram apontadas pelo PCJ. O Sr. José Luiz disse que se faz necessário que as Câmaras Técnicas (CTs) sensibilizem o poder público nesse aspecto. Diante disso, a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ explicou que o uso e ocupação do solo (zoneamento) é responsabilidade do poder público municipal, pois os Comitês PCJ não possuem personalidade jurídica e não tem poder de fiscalização, exceto quando o município capta recursos financeiros nas áreas que não sejam de expansão urbana, em áreas de proteção ambiental/rural. Complementando, explicou que em relação aos empreendimentos que tenham impacto significativo nos recursos hídricos, esta análise é realizada no âmbito do GT-Empreendimentos, grupo formado pelos coordenadores das Câmaras Técnicas. **3.5. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. João Baraldi passou a palavra para a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para realizar os seguintes informes: **a)** **Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-Rural e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes do membro: i. Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Rio Claro: solicitando a remoção do representante titular, o Sr. Miguel Madalena Milinski. Como essa alteração é de entidade já participante, a Sra. Tainá Moura destacou que não cabe aprovação, passando apenas para ciência dos demais membros da CT; **b) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** convidou a todos para participarem das seguintes reuniões: **i.** 92ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) prevista para ocorrer presencialmente, em 08/03/2024 às 9h, na Faculdade de Tecnologia - UNICAMP em Limeira/SP; **ii.** 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 05/04/2024 às 9h com transmissão ao vivo na plataforma YouTube, neste [*link*](https://www.youtube.com/live/NhyGagO3ch0?feature=shared). A Sra. Tainá Moura destacou que a participação não é obrigatória para não membros; **c) NewsComitêsPCJ:** a Sra. Tainá Moura convidou os membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas, cujo acesso pode ser feito por meio do [*link*](https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/). Após os informes, o Sr. João Baraldi agradeceu e deu prosseguimento à pauta. **4. Considerações quanto à participação e custeio de membros dos Comitês PCJ em reuniões e eventos - Tony Segatto (Coordenador Financeiro da Agência PCJ):** O Sr. Tony Segatto da Coordenação Financeira da Agência das Bacias PCJ realizou a apresentação sobre o processo de pagamento de diárias para participação dos membros dos Comitês em reuniões e eventos internos e externos à área das Bacias PCJ. Foram apresentadas as principais deliberações que norteiam o processo de pagamento de diárias, mencionando em especial a Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017 que define as regras gerais para pagamento de despesas e a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 465/24, de 10/01/2024 que dispõem sobre os limites de valores. Indicou o seguinte [*link*](https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=818&Itemid=404) do site dos Comitês PCJ onde pode ser acessado as deliberações e os documentos para solicitação de diária e prestação de contas. Explicou que as diárias são realizadas por meio de recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal e os valores são pagos por deslocamento e período (diária integral ou meia diária). Informou que o recebimento de diárias necessita ter a anuência do Secretário Executivo dos Comitês PCJ, bem como a autorização pelos ordenadores de despesas, sendo o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ. Ressaltou que a concessão de diárias é destinada ao pagamento de despesas com alimentação, locomoção urbana e hospedagem. Como principais regras do custeio, foi abordado a regra de que a diária integral será devida quando ocorrer pernoite, condicionados à data de reunião que o membro participará; não haverá acúmulo de diárias para reuniões distintas realizadas no mesmo dia. Para a solicitação da diária foi informado que o membro deverá entregar, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, os seguintes documentos: i. Formulário de “Solicitação de Diárias” preenchido, assinado e digitalizado; ii. Documentos que justifiquem a necessidade da viagem, tais como: convocação e pauta da reunião; iii. No caso de viagens que ocorram no sábado, domingo ou feriado, o membro solicitante deverá apresentar justificativa fundamentada. Quanto a prestação de contas, foi comunicado que os membros que receberem pagamento de diárias deverão enviar via e-mail para a Agência de Bacias PCJ, em até 10 (dez) dias após o retorno da viagem, o formulário “Relatório de Viagem”, devidamente assinado, anexando comprovantes de comparecimento, tais como: cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá e entre outros. O solicitante não será apto para receber a diária quando residir na mesma localidade em que a reunião ou evento será realizado, e se o membro tiver reembolso de outras fontes de recursos ou se estiver com a entrega do “Relatório de Viagem” e prestação de contas pendentes. O membro deve fazer o ressarcimento das diárias concedidas, quando: i. A reunião for cancelada; ii. Houver desistência de participação, devendo informar a Agência de Bacias PCJ; iii. A participação na reunião ou evento for menor que o período solicitado, devendo restituir as diárias excedentes; iv. Não entregar o Relatório de Viagem. Após o término da apresentação o Sr. Tony Segatto esclareceu as dúvidas dos presentes e se colocou à disposição para mais esclarecimentos. **5. Eleição do Novo(a) Coordenador(a)-Adjunto(a) da CT-Rural:** Na sequência, o Sr. João Baraldi informou que diante do desligamento do Sr. Denis Herisson da Silva da coordenação da CT-Rural faz-se necessário eleger um novo coordenador-ajunto na CT-Rural. Diante disso, foi sugerido o nome da Sra. Melissa Pin Lucheti Sampaio, representante da CATI/SAA, para assumir a função. Em seguida, o Sr. João Baraldi questionou os membros se teria algum outro interessado. Não havendo manifestação, colocou em aprovação o nome da Sra. Melissa Sampaio e o plenário da CT-Rural se manifestou favorável sendo aprovada por unanimidade. Após a aprovação, a Sra. Melissa Sampaio agradeceu a confiança e fez uma breve apresentação sobre suas experiências profissionais. **6. Aprovação do Plano de Trabalho da CT-Rural (2024-2025):** Na sequência, o Sr. João Baraldi informou que minuta do Plano de Trabalho (PT) da CT-Rural para o biênio 2024-2025 foi enviada previamente a todos os membros junto da convocação e passou a palavra para a Sra. Tainá Moura que comentou sobre as adequações realizadas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ). Concluído os apontamentos da SE/PCJ, o Sr. João Baraldi colocou em votação a minuta do Plano de Trabalho da CT-Rural (2024-2025) sendo aprovado por unanimidade. **7. Apresentação sobre o projeto financiado de "Programa de Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras – Garantindo o Saneamento Rural e a Segurança Hídrica da Sub-Bacia do Rio Camanducaia, no Município de Socorro/SP - Fase 1."** O Sr. João Baraldi passou a palavra para a Sra. Giulia Defendi Oliveira, representante da Prefeitura Municipal de Socorro/SP que iniciou sua apresentação sobre o Programa Municipal de Saneamento Rural. Apresentou as características geográficas e socioeconômicas do munícipio, informando que conforme o censo de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população atual é de aproximadamente 42 (quarenta e dois mil) habitantes distribuídos em 449 Km², sendo 92,5% (noventa e dois por cento e cinco décimos) de área rural. As principais atividades econômicas do município são setores de serviços (turismo), indústria e agropecuária. Informou que os principais corpos hídricos de Socorro/SP são o Rio do Peixe (Bacia do Mogi-Guaçu) e o Rio Camanducaia (Bacia PCJ), sendo assim, o projeto utilizou recursos das duas bacias. A Sra. Giulia Oliveira afirmou que a parceria com os agentes de saúde familiar do município foi um fator importante para a implantação do projeto, possibilitando conhecer o público-alvo, realizar a interlocução com os beneficiários e desenvolver a mobilização e a participação. Informou que o biodigestor anaeróbico e a caixa de gordura foram as tecnologias escolhidas para a instalação nas propriedades rurais, contando com o auxílio dos beneficiados para a instalação dessas ferramentas e o compromisso de instalar a caixa de lodo. Além dos equipamentos, com o recurso financeiro adquirido também foi contratado uma empresa que prestou serviços atrelados à capacitação dos beneficiários, acompanhamento das instalações, suporte técnico operacional e divulgação da iniciativa. Como resultados alcançados, foi observado: i. 311 (trezentos e onze) famílias beneficiadas; ii. resolução conjunta de demandas de meio ambiente e saúde, iii. centenas de pessoas capacitadas, iv. visibilidade positiva para o município e referência da iniciativa. A Sra. Giulia Oliveira comentou que os principais desafios do projeto foi conscientizar a população sobre tratamento da água cinza, desistências dos beneficiários, áreas de lençol freático alto e próximas a corpos d´água, grandes volumes de águas misturadas (cinzas e de vaso sanitário), mudar os hábitos de limpeza doméstica e uso da linguagem adequada. Após a apresentação os membros fizeram questionamentos que foram esclarecidos pela Sra. Giulia Oliveira. Encerrada as explicações, o Sr. João Baraldi agradeceu a apresentação passou para o próximo item de pauta. **8. Apresentação pela CT-SAM sobre despacho do Ministério das Cidades sobre o documento enviado pelo PCJ sobre a Portaria da Qualidade da ÁGUA para consumo humano nas áreas rurais:** A Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção São Paulo (ABES-SP) e coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ apresentou o despacho do Ministério das Cidades sobre o documento enviado pelo PCJ sobre a Portaria da Qualidade da Água. Informou que a Portaria GM/MS nº 888/2021 alterou o anexo XX da Portaria de Consolidação n° 05, no tocante aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, sendo observado que para o saneamento rural a norma vigente não considerou a heterogeneidade das formas de abastecimento de água tratada para a população em geral. Foi mencionado que os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) localizados na área rural, não conseguem atender ao disposto na atual Portaria GM/MS nº 888/2021, havendo assim necessidade urgente da criação de diretrizes específicas para o Setor Rural, com uma abordagem própria e distinta da adotada em áreas urbanas, no que se refere a Vigilância, Controle, Plano de Amostragem e Monitoramento da Água para consumo humano, considerando as características locais e regionais. Nesse sentido, por meio do GT-Portaria com membros da CT-SAM e CT-Rural foi elaborado um Parecer Técnico com a proposta do Plano de Amostragem da Qualidade da Água para Consumo Humano na área Rural e consequentemente revisão da Portaria. O Ministério das Cidades em resposta ao Parecer informou que a proposta encaminhada encontra amparo legal na própria Portaria GM/MS nº 888/2021, conforme previsto em seu artigo 51 parágrafo único menciona que os órgãos governamentais e não-governamentais, de reconhecida capacidade técnica nos setores objeto desta regulamentação, poderão requerer a revisão, mediante solicitação justificada, sujeita a análise técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (SVSA/MS). Ainda nessa resposta do Ministério das Cidades foi ressaltado o fato de que se nos Comitês PCJ, representantes da realidade do Estado de São Paulo, apontam como inviável o atendimento integral da Portaria GM/MS nº 888/2021, maior dificuldade é esperada das concessionárias e demais prestadores de serviço das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Concluída a apresentação os membros dialogaram sobre o assunto e tiveram suas dúvidas esclarecidas, sendo que os Srs. José Luíz Martini e Petrus Bartholomeus Weel solicitaram o ingresso no GT-Portaria a fim de participar e contribuir com as discussões. O Sr. João Baraldi agradeceu a Sra. Roseane Maria de Souza e colocou a CT-Rural à disposição para colaborar nas discussões e próximas etapas envolvendo a revisão da Portaria GM/MS nº 888/2021. **9.** **Outros assuntos:** O Sr. Petrus Bartholomeus Weel informou sobre a Resolução ANA nº 180/2024 que apresenta as novas diretrizes do Programa Produtor de Água, que entrou em vigor em 29/01/2024. Segundo a Resolução nº 180/2024, a ANA apoiará as entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) para que conduzam a implantação e o acompanhamento de projetos nas áreas prioritárias apontadas nos Planos de Bacias. **10.** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi

Coordenador da CT-Rural

Melissa Pin Lucheti Sampaio

Coordenadora-adjunta da CT-Rural